



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública Externa	Nº: 0804/12	DATA: 05/06/2012
INÍCIO: 12h14min	TÉRMINO: 12h56min	DURAÇÃO: 00h42min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h42min	PÁGINAS: 18	QUARTOS: 9

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ROSALBA CIARLINI – Governadora do Estado do Rio Grande do Norte.  
ILDETE MENDES – representante do Comitê de Enfrentamento ao Abuso Sexual.  
IÊDA FERNANDES DE MACÊDO GOMES – representante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente — CONSEC (RN).

SUMÁRIO: Audiência pública com a Governadora Rosalba Ciarlini.

OBSERVAÇÕES

Audiência Pública realizada no gabinete da Governadora do Rio Grande do Norte.  
Houve falha na gravação.  
Há intervenções fora do microfone.  
Há expressões ininteligíveis.  
Houve intervenções ininteligíveis.  
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Governadora, vamos ter que falar daqui, se a senhora não se importar.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - De forma nenhuma.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Porque estamos gravando, pela CPI.

Primeiro, queremos agradecer pela oportunidade de estarmos aqui conversando com a senhora. Estamos aqui no Rio Grande do Norte — a CPI —, tanto eu, Presidenta, quanto a Deputada Liliam, Relatora, com a perspectiva de elaborar um diagnóstico, que não é um diagnóstico só quantitativo, é um diagnóstico também acerca não só da incidência da exploração sexual, do turismo sexual, mas também dos equipamentos de enfrentamento que existem, dos equipamentos de responsabilização que achamos importantes. É o foco da CPI. Estamos analisando o resultado da CPI que houve alguns anos atrás no Congresso e vemos que há um baixo nível de responsabilização, de culpabilização dos agressores, e um nível também baixo de atendimento. Então, estamos fazendo esse diagnóstico.

Estamos aqui e, na semana que vem, vamos estar na Paraíba. Depois, vamos estar no Rio de Janeiro, vamos estar no Amazonas, enfim, em vários locais. E começamos por aqui, pelo Rio Grande do Norte.

Então, nós percebemos uma precariedade grande nos instrumentos que são fundamentais para que se tenha, por exemplo, a responsabilização. Estivemos na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, é uma delegacia única, responsável por 167 Municípios, tem uma estrutura de funcionamento muito precarizada, poucos profissionais. E nós achamos que é importante haver o empoderamento e o fortalecimento desse instrumento, porque realçamos o nível de comprometimento dos profissionais e o nível de qualidade no atendimento.

Estivemos no ITEP também e nós percebemos uma série de revitimizáveis em potencial que se estabelecem ali: a demora muito grande para estabelecer os laudos, por ausência de pessoal; a falta de estrutura do Estado para estar trabalhando com profissionais em Tecnologia de Informação, porque as redes se modificam, elas se camuflam, elas se metamorfoseiam e acabam tendo outras formas de funcionamento, que exigem de nós o aparelhamento do Estado e um salto



de qualidade, na perspectiva de que possamos também estar atuando do ponto de vista das *(falha na gravação.)* Isso também é uma precariedade no ITEP.

Também vamos lhe entregar este documento, fruto da audiência pública que realizamos ontem. Aqui estão todos os participantes. E a estrutura básica deste documento é o documento que foi elaborado pelo Comitê de Enfrentamento da Exploração Sexual e pelo Conselho de Defesa dos Direitos aqui do Estado. Vários pontos foram acrescentados, na própria discussão da CPI, com a nossa percepção e com o que pudemos detalhar.

Enfim, fundamentalmente, precisamos reverter a diminuição orçamentária das políticas para crianças e adolescentes, que foi de 84%. Veja bem: antes de a criança estar na escola ou antes de a criança estar num equipamento público que possa fazer com que ela tenha uma prevenção para a exploração sexual, ela tem de estar no orçamento. Estamos agora em discussão da LDO. O Brasil inteiro discute a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. E seria preciso que contemplássemos essa discussão.

Há outras demandas colocadas aqui. Uma delas diz respeito à delegacia. A delegacia e o ITEP estão na linha de responsabilização. Obviamente, se não tenho provas robustas, ou seja, incontestes, tenho muita dificuldade de estabelecer o inquérito e de fazer uma responsabilização. E também das políticas públicas.

Então, estamos aqui com uma série de sugestões, que estamos encaminhando ao Governo do Estado com a perspectiva de que tenhamos transformado em realidade o que está previsto na nossa Constituição e também no nosso Estatuto, que é a criança e o adolescente como prioridade absoluta do Estado, da sociedade e da própria família.

Então, aliado a isso, recebemos ontem uma denúncia, um boletim de ocorrência sobre uma situação de violência sexual, que estamos encaminhando à senhora, para que possa fazer os encaminhamentos pertinentes, para que o caso seja apurado o mais brevemente possível.

Governadora, sabemos que esse é um quadro histórico que vem sendo construído, é uma precarização construída historicamente, mas ela precisa ser interrompida, a trajetória de precarização, para que possamos ter outra condição na



nossa sociedade, que possibilite que criança seja criança e que adolescente seja adolescente, que tenham esse direito de não ter a infância roubada.

Mas nós percebemos, ontem... Por acaso estávamos na delegacia quando tivemos a oportunidade de encontrar com uma criança, uma criança de 11 anos, e sua mãe, que estava ali com uma denúncia de violência, de abuso sexual, há 2 anos. A criança, portanto, tinha 9 anos. E era a primeira vez que elas estavam sendo chamadas para estabelecer... Porque nós temos um contingente de 11 agentes — por volta de 11 agentes. É impossível que 11 agentes estejam coordenando ou sendo responsáveis por 167 Municípios. É impossível, é impossível. Não há como. É o Estado reconhecer que ele não dá condições para o enfrentamento, do ponto de vista da delegacia.

Nós temos aqui, portanto, as reivindicações de criação de uma delegacia em Mossoró, de criação de uma delegacia em Caicó, de criação de outra delegacia aqui. Portanto, temos reivindicações que são concretas, do ponto de vista da estrutura que pudemos perceber.

Este aqui é um boletim de ocorrência, e nós estamos pedindo celeridade porque foi encaminhado à Comissão. E cabe à Comissão encaminhar para o Estado, para que o Estado possa fazer os procedimentos.

Nós também tivemos aqui a percepção de que existe uma rede da sociedade civil muito organizada — e isso é muito bom: o Ministério Público muito comprometido; um Procurador muito comprometido nesse processo; os titulares da delegacia muito comprometidos, muito comprometidos — o Delegado Correia Júnior é extremamente comprometido; um quadro muito comprometido. Portanto, há profissionais muito comprometidos, que precisam apenas de uma estrutura mínima para que possam fazer do Rio Grande do Norte um exemplo no enfrentamento da exploração sexual e do turismo sexual.

Temos preocupações com as obras do PAC, temos preocupações com as obras da Copa. Porque não queremos também que a preocupação se esvaia com a própria Copa. Que possamos fazer o enfrentamento, preparar o Brasil para receber o fluxo de turistas que a Copa trará, mas que deixemos estruturas mais permanentes, obviamente, para depois fazer o enfrentamento cotidiano.



Portanto, estamos aqui mais uma vez agradecendo. Estivemos hoje, inclusive, num programa chamado *Papo Cabeça*. Muito bom o programa, muito muito preocupado com a temática da...

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) – É, elogiou muito...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - É. Sabemos que existem as dificuldades...

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** – (*Fora do microfone. Início inaudível*) É reconstruir e avançar. Reconstruir não é fácil.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Não. Nós sabemos disso.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Mas, ao mesmo tempo, temos de avançar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Então, temos aqui a preocupação com o orçamento, a preocupação com a estrutura dos Conselhos Tutelares, a preocupação com o plano.

Nós temos um plano, mas muitos Estados não têm plano. Aqui há um Plano de Enfrentamento, que é intersetorial, como tem de ser. Nenhum plano pode desconhecer a nossa incompletude institucional.

Assim, tem as condições, eu diria, os potenciais, para que possamos, com a estrutura necessária, com o orçamento, com os equipamentos públicos adequados, fazer um grande enfrentamento.

Vou passar para a Deputada Liliam Sá, que é a Relatora, e lhe entregar o documento. Este é o documento.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Vou tirar uma foto da entrega do documento, porque é uma coisa histórica. (*Pausa.*)

Governadora, eu quero agradecer, mais uma vez, a sua acolhida. Sei das suas tarefas, sei que a senhora abriu um espaço na sua agenda para nos receber.

Sei também da dificuldade que é uma mulher estar à frente de um governo como este. Nós somos mulheres, estamos na política e sabemos de todas as suas dificuldades. E sabemos como é difícil militar numa causa como esta, que é o enfrentamento dessa discussão, num plano de fazer com que a criança seja prioridade no seu Governo.

Nós queremos, com a CPI, fazer com que os Governos venham a reconhecer que a criança, de fato e de verdade, é sujeito de direitos, que a criança precisa ser



acolhida com um novo olhar. E fazer com que toda a sociedade entenda que criança precisa ser tratada com carinho, que criança precisa de educação, que criança precisa de saúde, que criança precisa ser acolhida com muito amor.

Então, o nosso dever aqui, a nossa vinda ao seu Estado, com essa acolhida maravilhosa que nós recebemos, com todos os atores envolvidos nessa questão da criança e do adolescente, foi para trazer um pouco da nossa ajuda, do Governo Federal, em relação a esse comprometimento de fazermos com que a CPI venha a buscar mecanismos para fazer funcionar tudo aquilo que sabemos que há em Natal, aqui no Rio Grande do Norte, e que pode funcionar bem.

Queremos o comprometimento do Governo do Estado com essa questão do enfrentamento da violência, da exploração sexual de crianças e adolescentes; o comprometimento com o combate a essa mazela que vêm enfrentando as nossas crianças.

Realizamos diversas diligências. Infelizmente, encontramos muitas falhas. Encontramos coisas que funcionam e outras coisas que não funcionam. Estivemos no Ministério Público, ouvimos o Dr. Onofre. Sabemos que ele fez diversas denúncias, fez pedidos, como também o Comitê, algumas ONGs, Conselhos. Aqui há vários representantes da sociedade civil organizada. Nós queremos ouvi-la sobre essa questão, queremos o seu comprometimento e melhorar a situação das crianças deste Estado.

Sei que a senhora, como mulher, como mãe, tem um olhar sensível para toda essa questão e pode fazer muito para melhorar a situação dessas crianças. Sabemos que, através da educação, do horário integral, da questão do lazer, da saúde, da educação... Fazer funcionar toda essa estrutura. Investimento na questão da polícia, do serviço de inteligência, do ITEP. Essas reivindicações todas que a nossa Presidenta muito bem colocou, que é uma especialista nessa área, tem um currículo maravilhoso, é uma pessoa dedica a vida a isso, que tem amor pelas crianças e pelos direitos humanos. É uma militante nessa área.

E gostaria de saber o que a senhora pode fazer nessa questão, para poder levar a informação aonde ela não chega, a esses municípiozinhos em que abusam de crianças, aonde a informação não chega. Nós sabemos que a violência



intrafamiliar é muito grande, que os abusos são cometidos pela questão da pobreza, pela questão da falta de conhecimento.

O que a senhora pode fazer em relação a isso? Como a senhora pode ajudar essas crianças? O que a senhora pode fazer para melhorar a situação dessas crianças? E o seu comprometimento para ajudar a nossa CPI?

Era o que eu tinha para falar, agradecendo à senhora mais uma vez e desejando sucesso no seu trabalho e que a senhora possa, através desta audiência e dessa carta de intenções, depois disso, melhorar a situação do ITEP, que é muito importante para nós.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Olha, na realidade, de forma nenhuma... Quero só dizer que vocês me pegaram de surpresa para participar de uma audiência da CPI.

Eu estive no Senado, como vocês sabem, cheguei a ser Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, levando minha experiência de quem foi médica pediatra — 34 anos de formada —, na época em que médico pediatra tinha que enfrentar as maiores... Hoje tudo é difícil, mas naquele tempo a desnutrição no Nordeste... Eu fui trabalhar no interior. Fui fundadora da Pastoral da Criança. Estive na Pastoral da Criança por todo o tempo. Depois, como Prefeita...

E aqui quero dizer algo fundamental. Vocês podem, com certeza, com esta CPI, ajudar bastante a que se tenha realmente a criança em primeiro lugar. Tem que ser a partir dos Municípios. Enquanto os Municípios não tiverem as condições necessárias para dar as suas respostas... Fui Prefeita três vezes. A criança foi prioridade, desde os pequeninos, com creche. Implantamos o Conselho Tutelar, fizemos toda aquela sistemática — não existia nada, na época, na cidade de Mossoró —, fizemos o que antes as outras gestões não fizeram, porque nunca tinham olhado assim para a criança. E, pela convivência com os mais carentes, com os mais pobres...

Inclusive, uma das coisas que mais me traumatizavam como pediatra era naquele tempo não existir nem ITEP e se ter que fazer laudos de crianças agredidas sexualmente. Foi algo que deixou marcas que eu não esqueci. Era algo muito violento. E quando a gente vê que a grande maioria dos casos ocorre no seio da



família... Isso é que é mais doloroso, porque, por mais que o poder público possa ir com várias ações... Mas na família, dentro da família, é muito doloroso.

Então, peço desculpas porque não sabia que esta seria uma audiência de CPI. Eu recebi a agenda e lá constava que ia receber a visita de Deputadas que estavam passando por aqui. Se soubesse do que realmente se tratava, eu poderia ter trazido maiores dados, convocar pessoas do nosso Governo para participar com a gente desta audiência, até para mostrar-lhes o que aqui se está pensando.

Começamos um governo. Quem está aqui sabe das inúmeras dificuldades que enfrentamos. Encontrei um cenário de terra arrasada, quebrada, destruída. A reconstrução não está sendo fácil: é saúde, é segurança. Mas isso não está me tirando o estímulo, a vontade de fazer com que a criança... Eu espero que o Conselho da Infância e da Adolescência nos traga sugestões para que possamos aproveitar essa boa vontade, como você bem disse, Deputada, das pessoas que estão se dedicando...

Mas quero agradecer por essa contribuição muito importante que vocês estão nos dando, porque estão vindo com mais tempo para analisar, checar a fundo a situação, discutir o assunto com a comunidade. Mas não se esqueçam de que precisam ouvir os Municípios. Os Municípios têm que fazer a sua parte. Todos têm que fazer a sua parte. Acho que ninguém pode fugir a essa responsabilidade com a criança, de forma nenhuma. A gente tem que conseguir melhorar, reduzir a exploração sexual na infância e na adolescência. É algo muito difícil, mas que precisa ser enfrentado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Se a senhora me permite, eu queria passar a palavra para a representante do Comitê e para a representante do...  
(Pausa.)

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Vocês vão viajar hoje?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Daqui a pouco.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Mas acho que vocês estão fazendo um excelente trabalho. É uma contribuição para todo o Brasil. Espero que recebam o apoio merecido em todos os lugares. Agora, tem que se alertar o Governo. As políticas públicas, recursos que venham mais direcionados para esse setor... Porque, muitas vezes, o Município ou Estado... São tantas e tantas as necessidades



que, muitas vezes, não podem... Ficam com dificuldade. Tem que haver uma política pública direcionada — não é verdade, Erika? —, direcionada mesmo, para que se possa...

Eu sei que vocês estão...

Rapidinho aqui. Diga, querida.

**A SRA. ILDETE MENDES** - Bom dia, Governadora. O Comitê existe desde 2004. Aliás, em nível nacional, nós temos o orgulho de dizer que o Plano Nacional surgiu a partir da Carta de Natal, que resultou de um evento realizado aqui em 2000. Nesse sentido, o Comitê do Rio Grande do Norte surgiu na expectativa de trabalhar a criança como prioridade absoluta, enfocando principalmente a questão do abuso e da exploração sexual.

Desde 2004 existe o nosso Plano em nível estadual. Em 2009 houve uma avaliação desse Plano. O que nos falta para implantá-lo? Dotação orçamentária. Todas as ações, os objetivos, as metas do Plano exigem dotação orçamentária.

Nesse sentido, como a gente tem a criança e o adolescente como prioridade absoluta, a gente quer que esse Plano seja implantado na íntegra. Nós existimos em quatro eixos: o eixo do atendimento, o eixo do protagonismo juvenil... Eu acho que é muito importante podermos trabalhar a questão da participação social desses adolescentes e jovens, inclusive em espaços que façam políticas para eles. Nós não acreditamos que política para adolescente se faz em gabinetes fechados. É preciso que as crianças e adolescentes sejam ouvidos quanto a suas necessidades, suas demandas e suas buscas por respostas.

Nesse sentido, a gente está aqui para solicitar que nos deem condições de implantar, de implementar esse Plano, que a senhora talvez não tenha tido a oportunidade de conhecer...

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Infelizmente, não tive oportunidade de conhecer o Plano, que não me foi trazido. Mas deixo aberto o espaço para que vocês possam trazê-lo...

**A SRA. ILDETE MENDES** - Isso.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - ... porque já faz mais de 1 ano e não me trouxeram o Plano para... Nem no orçamento passado essa questão foi levantada. Seria bom que vocês me trouxessem o Plano, porque tenho todo o interesse em



conhecê-lo, até por saber que, na realidade, em algumas questões o Estado vai poder, digamos, de certa forma, assumir. Outras ações vamos ter que cobrar dos Municípios, porque é uma questão local, que tem que acontecer.

**A SRA. ILDETE MENDES** - Isso.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Digo isso com a experiência que já tive...

**A SRA. ILDETE MENDES** - Esse encaminhamento...

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** -... porque eu fui Prefeita e implantei os Conselhos Tutelares, que não existiam. Os CREAS, os CRAS foram implantados. Foi a primeira cidade do Rio Grande do Norte a fazer isso. A gente corria na frente porque tinha essa atenção com a criança. Temos que trabalhar em conjunto, em parceria. O Governo tem essa orientação e vai agir assim, e pode coordenar, emanar ações. Mas nós vamos ter que ver como anda cada Município com relação a seus Conselhos para as coisas acontecerem.

**A SRA. ILDETE MENDES** - Então, o Comitê vai se organizar para encaminhar isso através do CONSEC.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Está certo. Vamos marcar uma reunião para conversarmos, para discutirmos. Eu gostaria de ter tempo para discutir aqui o tema. Fico muito... Vamos chamar aqui o pessoal ligado à educação, ao esporte e ver o que podemos fazer.

**A SRA. ILDETE MENDES** - Só esclarecendo, nós já tentamos outras vezes uma oportunidade de falar com os governantes, mas até hoje essa oportunidade...

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Mas agora você vai ter, comigo você vai ter essa oportunidade.

**A SRA. ILDETE MENDES** - Com certeza.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Deixe-me só dar uma resposta aqui para as nossas Deputadas com relação ao ITEP.

Nós estamos com um problema seriíssimo de pessoal no ITEP — vocês devem ter sentido —, inclusive de pessoal qualificado. Hoje estamos com um número insuficiente de legistas, porque muitos se aposentaram e ficou o espaço. Vocês me trouxeram o assunto e desde ontem estou aqui matutando com a Procuradoria. Nós estamos precisando urgentemente, no mínimo, de 12 médicos-legistas, fora os técnicos. A situação está ficando em tudo... Imaginem que até numa



situação emergencial — e são todas emergenciais — você entra no ITEP e não há servidores porque se aposentaram, envelheceram, o tempo passou. E no decorrer desses anos todos não se fez concurso público para preencher os cargos vagos.

Como fazer um concurso público demanda tempo, eu estou pedindo... Tem alguém aqui do Ministério Público? *(Pausa.)* Não. Estou pedindo que eles nos deixem fazer um edital de convocação emergencial. Este é o problema: a gente esbarra em muita burocracia. Meu Deus do Céu! A gente quer andar e não pode!

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Não, emergencial, porque está faltando... Pode colocar, porque o Tribunal de Contas — eu já consultei — permite, na vaga dos aposentados. Para eu fazer o concurso, como é um concurso especializado, demora. Pode demorar 6 meses, 8 meses. Às vezes nós precisamos chamar legistas emergencialmente. Esse fim de semana foi uma loucura, pessoas faleceram no interior e não havia legista.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Exatamente, porque falta... Aposentaram-se todos de uma vez. O servidor completa o período e ninguém pode impedi-lo de se aposentar. E não se pode pagar plantão eventual, porque o Ministério Público não o permite o pagamento a quem já é funcionário...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Precisa de um termo de ajustamento de conduta.

**A SRA. ILDETE MENDES** - É isso aí, um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Pagar a quem é funcionário não pode. Eles já fizeram isso, não pode pagar a quem já é funcionário, porque passa das horas...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Trabalhadas.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - ... trabalhadas. Não fica no excedente. Isso já vem de outras situações. Não pode. E a gente quer fazer um edital para ver se vem legista seja de onde for. Se não houver aqui no Estado, que venha do Ceará, por 6 meses, depois, enquanto se faz o concurso, porque nós estamos nessa situação. E, como se sabe, no caso de agressão à criança, se o exame não for feito no tempo...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - É isso mesmo.



**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - O poder de recuperação da criança é maior que o do adulto. Quando se for fazer o exame já passaram os sinais do crime, não é verdade?

Então, estou com esse problema. Estamos... Inclusive, foi coincidência vocês falarem sobre isso porque nós estamos tentando resolver o problema por esses mecanismos.

**A SRA. ILDETE MENDES** - Nesse sentido, a gente também se preocupa com a prevenção.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - E hoje a prevenção tem que ser feita especialmente contra as drogas.

**A SRA. ILDETE MENDES** - Isso.

Então, nesse sentido, a gente sabe que, em nível nacional, existe um projeto chamado Saúde e Prevenção nas Escolas. Esse projeto existe em todo o Brasil. É um projeto do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação. Em Natal, desde 2004, 2005, a gente tem muita dificuldade de entrar nas escolas para fazer esse trabalho. É um trabalho praticamente voluntário, feito por profissionais da educação e da saúde. Mas nós temos bastante dificuldade, primeiro, por falta de dotação orçamentária e, depois, pela dificuldade de entrar nas escolas para fazer o trabalho preventivo.

A gente acredita que trabalhar direitos sexuais e reprodutivos da criança e do adolescente hoje é uma necessidade. É preciso trabalhar a sexualidade da criança e do adolescente. A gente não vê a criança e o adolescente como seres sexuados. É uma ilusão. Nós sabemos que os nossos jovens começam a vida sexual bem mais cedo agora e, muitas vezes, sem responsabilidade e sem conhecimento do seu próprio corpo.

Nesse sentido, a gente está aqui solicitando apoio para que esse programa possa funcionar de forma eficiente, adequada.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Professora... Eu não sei você é professora, não, mas parece ser professora. *(Risos.)*

Vamos fazer um contato com a Profa. Betânia Ramalho, da Secretaria...

**A SRA. ILDETE MENDES** - Nós já estivemos com ela, inclusive...

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Já estive com ela? Isso é bom.



**A SRA. ILDETE MENDES** - E não tivemos muito êxito na nossa fala com ela.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - É preciso discutir o assunto para se saber como é que isso pode acontecer. Essa questão, inclusive, tem que ser analisada por um colegiado, para se definir como vai ser.

Com relação...

**A SRA. ILDETE MENDES** - Eu quero só deixar claro que existe esse projeto...

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Sim.

**A SRA. ILDETE MENDES** - ... na Secretaria de Educação. Mas ele se torna, muitas vezes, invisível. Precisamos dar visibilidade a esse projeto, porque...

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Quer dizer, já existe o projeto dentro da Secretaria?

**A SRA. ILDETE MENDES** - Já existe. Dentro da Secretaria. Mas se torna invisível, porque não tem essa atenção especial e não há a execução do projeto.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - É bom saber. E acredito muito no trabalho da Profa. Betânia, que está conseguindo... Até já dei um prêmio a ela, porque nos últimos 8 anos o Rio Grande do Norte teve dez Secretários de Educação. Dez. Então, porque desde que eu entre é só ela já lhe dei os parabéns, porque ela já demorou muito tempo. Não foi, Júnior?

Porque nenhum projeto anda. Quando você vai resolvendo, aí começa a haver mais problemas.

**A SRA. ILDETE MENDES** - *(Ininteligível.)*

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Deixe só eu terminar aqui, para falar sobre a escola.

Ah! Vocês têm que viajar. É verdade.

**A SRA. ILDETE MENDES** - É verdade.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Mas estou à disposição.

**A SRA. ILDETE MENDES** - Daí a minha pressa.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Quando vocês quiserem...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Eles vão pegar o voo.



Vamos fazer o seguinte: recebi aqui os documentos, já abri o espaço para podermos debater com as Secretarias e os órgãos que são correspondentes: Segurança... Tem que ver isso. O que podemos fazer? Essa questão orçamentária... Nós nos programamos para o próximo orçamento, se não puder mais neste ano, porque há normas e leis.

Mas podem contar que, porque é com criança, tem de mim todo o interesse. Está certo?

**A SRA. ILDETE MENDES** - Está bem. Eu agradeço.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - E agradeço às nossas Deputadas, porque sei que elas têm de viajar, que têm de chegar a Brasília a tempo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Deixe-me dizer duas coisas.

A primeira: queremos saber de quanto tempo a senhora precisa para analisar esse documento e nos enviar uma resposta. O documento é a síntese da audiência pública, e queríamos uma posição da Governadora do Estado acerca dele.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Talvez na próxima semana eu esteja indo a Brasília. Nos próximos 15 dias, vamos colocar assim, eu vou pessoalmente entregar lá a vocês.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Então, daqui a uns 15 dias ela vai pessoalmente a Brasília e entrega à CPI.

A CPI sempre se reúne...

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Eu sempre estou indo a Brasília e entrego em mãos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - A CPI sempre se reúne às terças-feiras, à tarde.

A segunda coisa: precisamos... Na verdade, são três coisas. Uma é esta: a senhora entrega, já com as respostas e tal, tudo o mais. A segunda coisa: a urgência de fazermos a dotação orçamentária.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Sobre isso vai haver essa reunião, para a qual vamos chamar os entes envolvidos...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - E a terceira coisa...

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - O problema é que vocês entendam que o orçamento nós temos de trabalhar agora, para o próximo ano.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - É, o próximo ano. Não temos dúvidas disso, não.

É LDO agora e fazer uma construção com o recorte em criança e adolescente, que é o OCA — Orçamento Criança e Adolescente. Como as políticas para criança e adolescente, nas suas mais variadas matizes, particularmente com os quatro eixos que foram apontados pelo Conselho, vão se expressar no Orçamento?

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Precisamos ver no orçamento, porque são muitas as ações com crianças e adolescentes. De repente, de uma forma ou de outra, isso pode já estar com...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Então, pronto. Há um compromisso da Governadora de estabelecer uma discussão com os órgãos de defesa dos direitos, o Conselho e também o Comitê, para que possamos assegurar, para o próximo ano, um orçamento que dê visibilidade à política de crianças e adolescentes.

E o terceiro aspecto, Governadora, é o seguinte: sentimos que há dificuldade de fluxo aqui. Não é uma realidade só daqui, não. As políticas dialogam muito pouco umas com as outras: a educação com a saúde, com a assistência social. Não há intersetorialidade. E gostaríamos de criar uma estrutura... Ou seja, nós sentimos a necessidade e estamos lhe sugerindo — a senhora, obviamente, tem o poder de aceitar ou não — um canal permanente. Achamos que tanto o Conselho quanto o Comitê...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - O Conselho é um instrumento para isso, mas acontece que não há espaço de conversa.

Veja bem, elas já falaram aqui: *“Conversamos com a Secretária de Educação. Não resolve”*. Tem que ser dentro de uma política global. Alguém que a senhora pudesse designar — é uma sugestão, obviamente — para poder dialogar com o Conselho, para haver uma discussão permanente.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Pronto. Vou designar quem vai fazer o meio de campo, como se diz.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - É isso, é isso mesmo. Pronto.



**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Sonali Rosado.

Inclusive, deve estar contatando vocês sobre aquele Projeto RN Vida. É uma coisa que estamos fazendo com relação às drogas e que termina...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**A SRA. IÊDA FERNANDES DE MACÊDO GOMES** - Nós temos contato com Sonali.

Governadora, o Conselho esteve várias vezes... Temos realmente canal aberto com Sonali. Até a senhora está sabendo que, agora mesmo, em maio, aconteceu a Conferência Estadual. A senhora esteve presente. Contamos com a presença da Ministra Carmem Oliveira, Secretária Nacional. Essa Conferência Estadual foi resultado das reuniões ampliadas e Conferências Municipais e Regionais. Estamos saindo para Brasília, para a Conferência Nacional, de 14 a 16. E queremos contar com o apoio do Governo do Estado, porque a delegação do Rio Grande do Norte não vai viajar de ônibus, como antes era uma prática. São crianças, e pela primeira vez na história... Disse isto à Governadora, no auditório, na presença da Dra. Carmem Oliveira: que ela estava presenciando um momento ímpar na história. A primeira conferência em que crianças e adolescentes eram protagonistas de sua história. Ela estava presente.

Vamos a Brasília com uma delegação grande. E há a vaga do Estado. Veio uma vaga para a Secretaria daqui. E é sobre isso que estou aguardando a resposta. Esperamos também, para o Conselho se fortalecer, esse apoio. Porque o Conselho poderia ser esse órgão, realmente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Bom, mas o que vamos acertar aqui? A Governadora está designando o Secretário de Governo... A Secretária-Executiva do Governo, para ser a pessoa que vai estar em contato com o Conselho, para discutir tanto a questão orçamentária quanto a questão das demandas da delegação do Rio Grande do Norte para chegar lá...

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Para fazer, Erika, como eu digo, o meio de campo. Chamar as Secretarias, fazer todo esse envolvimento.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Com todos os órgãos. Isso.



E penso, Governadora, se a senhora me permite, que deveria ser feita uma primeira reunião com as Secretarias pertinentes, porque são várias Secretarias, e o Conselho...

Dá para a senhora chamar esta reunião ainda neste mês?

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Até para amanhã, se tivesse tempo. Porque, infelizmente...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Vamos deixar marcada esta reunião?

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Não. Deixar marcada assim é com Sonali. Se eu marcar e depois houver uma viagem... Há a Rio+20, há tanta coisa...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Sim, mas não é só com ela. É com todas as Secretarias envolvidas.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Aí, então, tem que programar. Não pode ser assim, se não, Deputada...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Sim. É claro, é claro.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Podemos dar uma data que é melhor com...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Seria reunir todas as Secretarias que estão envolvidas no plano, junto com a Secretária-Executiva e o Conselho. E aí discutir um plano de trabalho que vai envolver a questão orçamentária,...

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - É a montagem do próprio orçamento.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - ... que vai envolver a questão do ITEP, que vai envolver a questão da delegacia, da responsabilização, todos os aspectos que nos angustiam neste momento.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Segurança pública.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Pronto. É isso.

A Secretaria, a fundação dele, a sua Secretaria.

Dá para ser este mês, não dá, Governadora?

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Acho que sim.

Como disse a vocês, eu não fui informada do teor. Eu fui informada pela Deputada Fátima se poderia recebê-las, como Parlamentares. E que seriam todas



as Parlamentares. Acho que teria sido até mais produtivo se eu soubesse que era parte da CPI — eu não sabia que era —, para dar depoimentos à CPI. Teria trazido a SETHAS, a FUNDAC, a questão da Secretaria de Segurança, todos que, para que pudéssemos até colocar...

Agora, foi muito bom. De qualquer maneira, foi produtivo. Mas sobre essa questão de marcar — desculpe-me, Deputada —, aí nós temos que ter a parte da agenda. E é a Casa Civil que faz esse trabalho.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Governadora, mas a senhora pode fazer esta reunião com eles e mandar esse relatório para a CPI. A senhora poderia fazer essa gentileza?

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Deputada, eu acho que já disse e fui muito clara: que vou fazer a reunião, que vou dar a resposta em 15 dias.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - Mas, depois dessa reunião com os órgãos...

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Posso, sim. Agora, a forma de fazer nós vamos ver como poderemos fazer.

**A SRA. RELATORA** (Deputada Liliam Sá) - E mandar esse relatório à CPI, por gentileza.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Reunindo todos. Está bom?

**A SRA. PRESIDENTA** (Erika Kokay) - Queremos agradecer, estamos realmente com muito problema de tempo.

Mas quero deixar claro que, primeiro, a senhora nos responde, é uma delicadeza, e daqui a 15 dias a senhora entrega na própria CPI. Claro, ela vai analisar e fazer... Exatamente.

A segunda coisa é que, ainda neste mês, provavelmente, fazer uma reunião com todas as Secretarias Estaduais, estabelecendo um canal permanente. É muito importante que seja a Secretária Executiva, mas que seja um canal permanente, que possa colher as angústias e dê as respostas necessárias.

**A SRA. ROSALBA CIARLINI** - Agora, quero aqui deixar bem claro: vocês só terão sucesso — isso é experiência — se forem Município a Município, porque quem está na base é ele. O Governo do Estado tem algumas responsabilidades, nós não vamos fugir delas. Mas deve haver a discussão com o Município, para saber o que



está fazendo e o que poderá fazer e, com isso, com a força que tem de Parlamentares, no Congresso Nacional, vocês desenvolverem uma política voltada para o Município, só assim conseguiremos. Aí, o foco fica realmente...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Erika Kokay) - Declaro encerrada, portanto, a presente reunião.